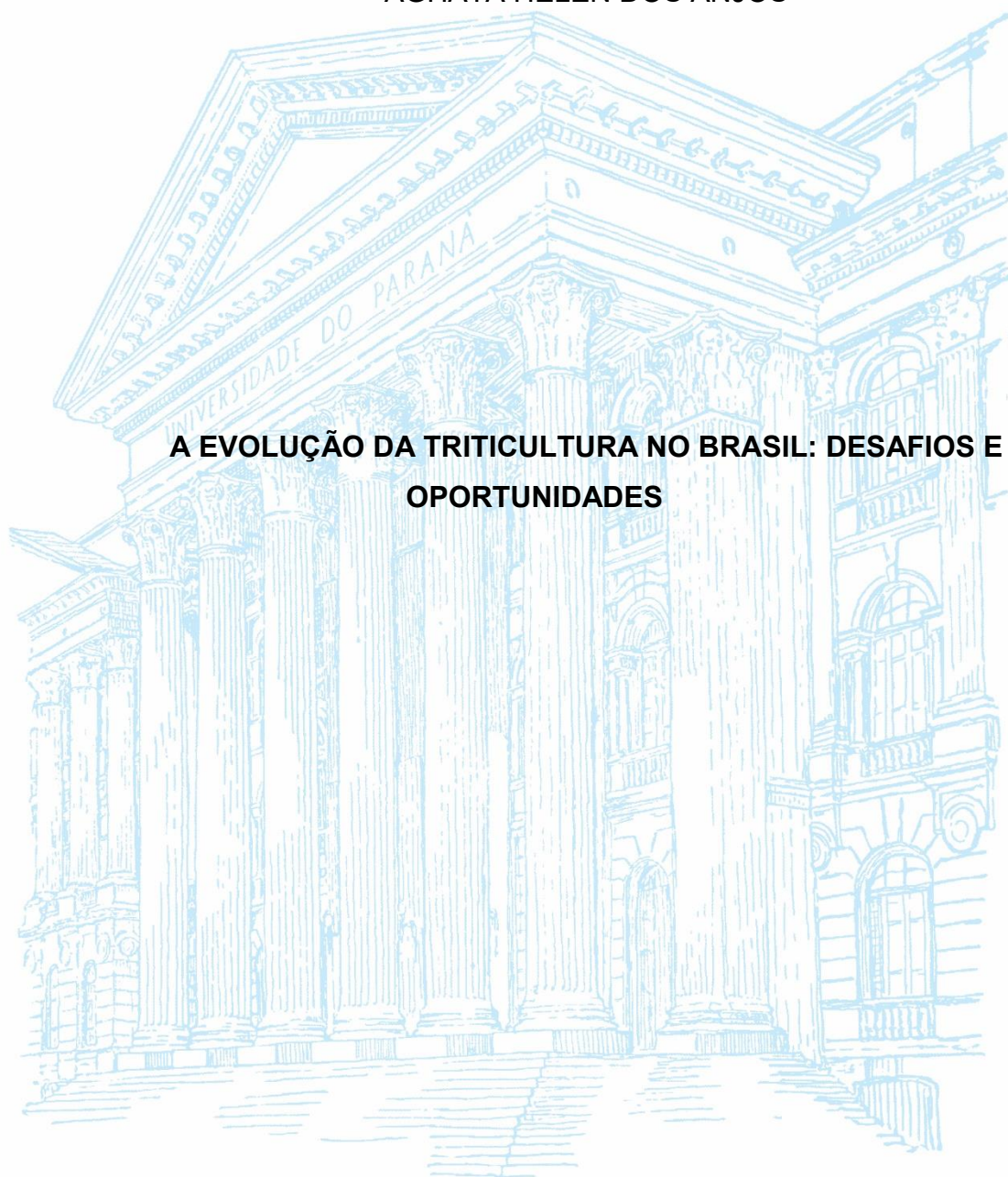


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AGHATA HELEN DOS ANJOS



A EVOLUÇÃO DA TRITICULTURA NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

CURITIBA

2017

AGHATA HELEN DOS ANJOS

**A EVOLUÇÃO DA TRITICULTURA NO BRASIL: DESAFIOS E
OPORTUNIDADES**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr Marcos Paulo Fuck

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

AGHATA HELEN DOS ANJOS

A EVOLUÇÃO DA TRITICULTURA NO BRASIL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador Prof. Dr Marcos Paulo Fuck
 Departamento de Economia, UFPR

 Profa. Dra Denise Maria Maia
 Departamento de Economia, UFPR

 Profa. Dra Adriana Sbicca Fernandes
 Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 07 de dezembro de 2017

Aos meus avós Osnira França dos Anjos (*in memoriam*) e Livario Ribeiro de Mello (*in memoriam*), anjos que iluminam minha vida.

Aos meus pais Everaldo e Marivane pelo apoio incondicional, sem vocês, eu nada seria.

A Deus, meu alicerce, meu refúgio.

RESUMO

O presente trabalho analisa a evolução da triticultura no Brasil. São observados os diferentes fatores determinantes na produção de trigo. Destaca-se que políticas públicas destinadas à cultura variam desde o início do século XX até os anos 90 e dependem do contexto de sua aplicação. Percebe-se que a produção do trigo sempre esteve atrelada a eventos internos e externos e foram influenciadas com ações governamentais que eram recebidas de maneira distinta a depender da localização no elo do Complexo Agroindustrial (CAI). Para a análise do cenário internacional, nacional e estadual da triticultura foram consultados os bancos de dados e documentos oficiais das seguintes instituições: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); e Secretaria de Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB). No decorrer do trabalho, apresenta-se um panorama geral destacando três importantes variáveis, quais sejam: a produção, a comercialização e o consumo de trigo no Brasil. Justifica-se a importância de um estudo desta natureza no sentido de subsidiar a tomada de decisão e implantação de políticas públicas no setor, visto que existe uma lacuna de políticas eficientes voltadas à triticultura.

Palavras Chave: Evolução do trigo. Produção agrícola. Comercialização do trigo. Consumo de trigo. Políticas públicas.

ABSTRACT

The present work analyzes the evolution of triculture in Brazil. The different determinants of wheat production are observed. It should be noted that public policies aimed at culture vary from the early 20th century to the 1990s and depend on the context of their application. It is noticed that wheat production was always linked to internal and external events and were influenced by governmental actions that were received in a different way depending on the location in the link of the Agroindustrial Complex (CAI). For the analysis of the international, national and state stage of triculture, the databases and official documents of the following institutions were consulted: Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO); National Supply Company (CONAB); and the Secretariat of Supply of the State of Paraná (SEAB). In the course of the work, an overview is presented highlighting three important variables, namely: production, marketing and consumption of wheat in Brazil. The importance of a study of this nature is justified in order to subsidize the decision-making and implementation of public policies in the sector, since there is a lack of efficient policies aimed at triculture.

Keywords: Wheat evolution. Agricultural production. Wheat marketing. Wheat consumption. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	ESQUEMATIZAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO TRIGO NO BRASIL.....	28
FIGURA 2	PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO TOTAL DA PRODUÇÃO DE TRIGO E MILHO SEGUNDA SAFRA POR REGIONAL DA SEAB – SAFRA 2015/16.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE TRIGO.....	21
	EVOLUÇÃO DA ÁREA E DA PRODUTIVIDADE DE TRIGO	
GRÁFICO 2	NO BRASIL ENTRE 1977 E 2016.....	39
	MONTANTE IMPORTADO DE TRIGO PELO BRASIL POR	
GRÁFICO 3	PAÍS DE ORIGEM EM TONELADAS – 2007-2016.....	41
	EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE TRIGO E DE MILHO	
	SEGUNDA SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ – PERÍODO	
GRÁFICO 4	DE 1977 A 2017.....	46

LISTA DE TABELAS

	ÁREA PLANTADA DE TRIGO EM MILHÕES DE HA – 1961 E	
TABELA 1	2014.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abima	Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias
Abitrigo	Associação Brasileira da Indústria de Trigo
AGF	Aquisição do Governo Federal
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CAI	Complexo Agroindustrial
CIF	Cost Insurance Freight
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
Ctrin	Comissão de Compra do Trigo Nacional
DR	Duplicata Rural
Dtrig	Departamento de Trigo
EGF	Empréstimo do Governo Federal
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrater	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAIM	Federacion Argentina de La Industria Molinera
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FOB	Free on Board
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEC	Linha Especial de Crédito
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
NPR	Nota Promissória Rural
Ocepar	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
ONU	Organização das Nações Unidas
PEP	Prêmio para Escoamento de Produtos
Pepro	Prêmio de Equalização Pago ao Produtor
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
Proagro	Programa de Garantia de Atividade Agropecuária
Prop	Opção Privada
SEAB	Secretária de Abastecimento do Estado do Paraná
SET	Serviço de Expansão do Trigo
SNAB	Secretária Nacional de Abastecimento
Sunab	Superintendência Nacional de Abastecimento

TEC	Tarifa Externa Comum
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
Zarc	Zoneamento Agrícola de Risco Climático

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	BREVE HISTÓRICO DO TRIGO E SUA INSERÇÃO NO BRASIL	15
2	A IMPORTÂNCIA DO TRIGO NO MUNDO	18
2.1	A PRODUÇÃO.....	18
2.2	A COMERCIALIZAÇÃO.....	21
2.3	O CONSUMO.....	22
3	O TRIGO NO BRASIL	24
3.1	O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO TRIGO NO BRASIL.....	24
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DA TRITICULTURA: Uma perspectiva histórica..	27
3.3	PRODUÇÃO NACIONAL.....	38
4	CONCORRENTES DO TRIGO NACIONAL	41
4.1	ARGENTINA.....	41
4.2	ESTADOS UNIDOS.....	43
4.3	O CULTIVO DO MILHO SAFRINHA.....	45
	CONCLUSÕES	49
	REFERÊNCIAS	51

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a evolução da triticultura no Brasil. São observados os diferentes fatores determinantes na produção de trigo. Destaca-se que a atenção estatal à cultura varia desde o início do século XX até os anos 90 e dependem de políticas adotadas com diferentes interesses. Percebe-se que a produção do trigo sempre esteve atrelada a eventos internos e externos e foram influenciadas com ações governamentais que eram recebidas de maneira distinta a depender da localização no elo do Complexo Agroindustrial (CAI).

Por meio de uma perspectiva histórica, identifica-se a importância do trigo no uso alimentar e na formação das sociedades antigas. Nessa direção, destaca-se que o trigo é considerado produto de segurança alimentar¹ pela ONU.

No Brasil o trigo está presente no dia a dia, por meio de massas, pães, biscoitos, entre outros produtos e seria impensável não contar com eles diariamente. Mas, mesmo sendo um grande exportador de alimentos, o país é historicamente um dos principais importadores de trigo. Para se ter uma ideia, para a safra 2017/18 a expectativa é de que o país continue dependente das compras externas. A estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) é de que o país importe 7,5 milhões de toneladas, atrás apenas, entre os grandes países importadores, do Egito (com 10 milhões de toneladas), Indonésia (10,5 milhões de toneladas) e Argélia (8,2 milhões de toneladas) (USDA, 2017).

O consumo de trigo no Brasil é de aproximadamente 11 milhões de toneladas por ano, mas a produção representa apenas metade disso, aproximadamente 6 milhões de toneladas, sendo que o Paraná é responsável por 50% dessa produção. É importante registrar que a hipótese de trabalho, aqui adotada, sustenta que todas as ações destinadas a triticultura no Brasil foram insuficientes, em especial para os

¹ “O conceito de Segurança Alimentar surgiu a partir da 2ª Grande Guerra, com mais de metade da Europa devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Esse conceito leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos”. (ISMAEL, 2011, p. 56).

produtores, pois, a indústria secundária sempre optou pela matéria prima importada, seja pelo menor custo, seja pela melhor qualidade.

No decorrer do trabalho, apresenta-se um panorama geral que destaca três importantes variáveis, quais sejam: a produção, a comercialização e o consumo. Justifica-se a escolha deste tema dada a importância do produto na alimentação humana e da necessidade de pensar políticas públicas destinadas ao incentivo produtivo, que parece concorrer com inúmeros fatores que serão detalhados posteriormente.

O trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos. No primeiro, apresenta-se breve histórico do trigo e sua inserção no Brasil, nesta parte do trabalho destaca-se as primeiras tentativas do cultivo e demonstram-se algumas ações que possibilitaram o cultivo em nosso país. No segundo capítulo, destaca-se a produção, a comercialização e o consumo mundial do trigo, tendo como base informativa dados retirados especialmente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO , ressalta-se que o mesmo registrando pouco aumento de áreas cultivadas, a triticultura mundial aumentou a produtividade por hectares² (ha), o que é explicado pelo uso de novas tecnologias e melhorias genéticas do trigo. No terceiro capítulo, assinalam-se políticas públicas destinadas ao setor. Nesta parte do trabalho, identifica-se, detalhadamente, que muitas ações políticas dirigidas ao setor tiveram sucesso relativo e seus impactos foram apenas de curto prazo, o que não gerou avanços significativos no setor produtivo da triticultura. No quarto capítulo são apresentados elementos concorrentes à produção do trigo, são demonstrados, por exemplo, algumas vantagens localizadas entre países exportadores, como é o caso da Argentina e dos Estados Unidos (EUA). E por fim, argumenta-se que a evolução da triticultura no Brasil teve limitações

² Um hectare (conhecido também como hectômetro/hectómetro quadrado [hm²]), representado pelo símbolo ha, é uma unidade de medida de área equivalente a 100 (cem) aresou a 10.000 (dez mil)metros quadrados. Utiliza-se neste trabalho o símbolo “ha” quando referindo-se à áreas de produção.(www.inmetro.gov.br).

combinadas entre fatores internos e externos. E nesta direção, reafirma-se a hipótese de trabalho na qual se argumenta a existência de uma lacuna nas políticas públicas destinadas à tricultura.

1. BREVE HISTÓRICO DO TRIGO E SUA INSERÇÃO NO BRASIL

Desde as sociedades mais antigas até os dias de hoje a preocupação com a alimentação é indissociável à vida humana e o surgimento da agricultura³ permitiu o desenvolvimento de muitas sociedades. Neste sentido, o trigo ocupa lugar de destaque e seu cultivo e uso foi sendo modificado ao longo do tempo.

A história do cultivo do trigo vem desde a chamada “revolução neolítica” ou revolução agrícola, quando o homem passou a desenvolver métodos para produção agrícola e com isso pode deixar de ter uma vida nômade, o que alterou consideravelmente as relações sociais nas mais diversas dimensões. Carneiro (2003) diz que o Mediterrâneo foi “o grande vetor da difusão” das primeiras plantas que se tem registro⁴. Os primeiros indícios são da Ásia Menor, por volta de 6000 e 7000 antes de Cristo, expandindo pelo Rio Nilo, Mesopotâmia, planaltos Iranianos, Índia e China.

O uso do trigo na alimentação humana foi fundamental para o desenvolvimento de muitas sociedades, neste sentido, a “invenção” do pão é atribuída aos egípcios que, por volta de 4000 antes de Cristo, descobriram o processo de fermentação do trigo, porém o consumo era exclusivo das elites. Foi apenas entre 1750 e 1850 que o pão branco passou a ser consumido pela população mais pobre, que costumava consumir pães de cereais menos nobres. (CARNEIRO, 2003).

Braudel (1979, p. 95) destaca que o centeio era tido como o “alimento dos pobres”, e que o arroz misturado com milhete⁵ “permitia [...] fabricar um pão barato, sempre destinado aos pobres, *“para que fiquem fartos de uma refeição para outra”*”.

³ O termo agricultura é derivado da palavra ‘*colere*’ que quer dizer “cultura”. Diz respeito à forma de cuidar das coisas da terra e seu uso para outros fins, sociedade (puericultura), religião (culto) e outros aspectos só foram utilizados mais tarde enquanto termo cultura propriamente dita. (Bridi, 2015).

⁴ Trigo, arroz, milho, cevada, centeio, aveia, trigo-sarraceno, milho e sorgo.

⁵ Variedade de milho de grãos miúdos; milheto.

Isso não foi diferente da realidade brasileira no início do século XIX. Os brasileiros na época do Brasil Colônia se alimentavam de derivados da mandioca ou do milho, pois o trigo era caro. De acordo com Bartaburu (2016), “antes que os trigais gaúchos começassem a produzir em grande escala, no final do século XVIII, praticamente toda a farinha consumida pelos brasileiros era importada de Portugal”, este cenário só foi alterado no fim do século em questão.

Na Europa, entre o fim do século XVIII e início do século XIX em especial na Inglaterra, havia discussões sobre medidas protecionistas ao trigo. As chamadas Leis do Trigo tinham objetivo de restringir a importação enquanto o preço do produto não atingisse, internamente, determinado nível, com objetivo de estimar o cultivo e assegurar um bom preço ao agricultor inglês. (HUBERMAN, L., 1981, p.183).

No Brasil, o trigo chegou com as expedições portuguesas, em 1534. Foi apenas na metade do século XVIII que o grão chegou ao Rio Grande do Sul, mas poucos anos mais tarde a ferrugem dizimou as plantações. O plantio foi retomado apenas no início do século XX, encontrando melhores condições no Paraná e no Rio Grande do Sul, e hoje é cultivado também em Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

A história do Trigo no Brasil está intimamente ligada à povoação e a necessidade da produção de alimentos em um país onde a agricultura era basicamente fundamentada no cultivo da mandioca e do milho no período colonial (1530-1822)⁶. Considerando o uso alimentar da população nativa (povos indígenas), destaca-se principalmente a mandioca como base da alimentação⁷. Só mais tarde, o

⁶ Conforme observa Carneiro (2003, p. 116) podemos identificar “dois grandes complexos alimentares coloniais: o litorâneo da mandioca e do peixe, e o sertanejo, interiorano, do milho e do porco. Duas farinhas como protagonistas principais: a da mandioca e do milho, suas variadas formas de preparo e acompanhamento.

⁷ Segundo Ribeiro (1995, p. 31), “na escala da evolução cultural, os povos Tupi davam os primeiros passos da revolução agrícola, superando assim a condição paleolítica, tal como ocorrera pela primeira vez, há 10 mil anos, com os povos do velho mundo. É de assinalar que eles o faziam por um caminho próprio, juntamente com outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas, retirando-as da condição selvagem para a de mantimento de seus roçados. Entre elas, a

com a chegada dos imigrantes europeus e da substituição do sistema escravista é que o trigo passa a ser adicionado nos hábitos alimentares das pessoas que aqui estavam, ao mesmo tempo surgem as primeiras lavouras de trigo no sul do Brasil, considerando as condições climáticas favoráveis a este cultivo.

No Brasil o trigo passa a ter interesse como cultura comercial na medida em que algumas propriedades agrícolas e imigrantes do sul do Brasil recebem as primeiras sementes e tendo como resultado as primeiras lavouras propriamente dita. Podemos destacar os anos vinte do século XX como cenário das primeiras intervenções estatais no cultivo e incentivo das lavouras de trigo⁸. (BRUM e HECK 2005).

mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual eles deviam, não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível.”

⁸ Abordaremos com mais detalhes este tema no capítulo 3.

2. A IMPORTÂNCIA DO TRIGO NO MUNDO

Neste capítulo destaca-se a importância do trigo no mundo em especial os processos e dinâmicas inerentes a sua: produção, comercialização e consumo. Apresentam-se dados relativos à evolução histórica do cultivo no mundo. Dois pontos são considerados fundamentais no tema tratado, justificando a escolha temática, trata-se do cultivo agrícola que possui a maior área plantada, além disso, observa-se que mesmo não tendo aumentado áreas de plantio durante o período analisado, a produção teve aumento em consequência do uso de tecnologias na produção que geraram significativos avanços na produtividade.

2.1 A PRODUÇÃO

O trigo é a cultura que lidera em área cultivada em todo o mundo. Em 2014 alcançou aproximadamente 220 milhões de ha (um aumento de apenas 8% em relação a 1961, quando foi registrado 204 milhões de ha), seguido do milho (184 milhões de ha), arroz (162 milhões de ha) e soja (117 milhões de ha).

Em 2014, a Índia se destacou com maior área destinada à produção de trigo (30,5 milhões de ha), seguida por China (continental), Rússia, Estados Unidos e Austrália, que juntos representam metade da área cultivada no mundo. A produtividade média mundial em 2014 foi de 3.307 kg/ha, com destaque para a Alemanha e o Reino Unido que têm uma produtividade média acima de 8 mil kg/ha, a China que aumentou a média de produtividade em quase dez vezes, passando de 557,8 kg/ha em 1961 para 5.243 kg/ha em 2014, e Brasil e Canadá que quadruplicaram sua produtividade, passando para 2.208 kg/ha e 3.094 kg/ha em 2014, respectivamente.

TABELA 1 – ÁREA PLANTADA DE TRIGO EM MILHÕES DE HA – 1961 E 2014

PAÍS	ANO		VARIACÃO
	1961	2014	
Mundo	204,21	220,42	7,9%
Índia	12,93	30,47	135,7%
China, continente	25,55	24,07	-5,8%
Cazaquistão	-	11,92	-
Ucrânia	-	6,01	-
Estados Unidos	20,87	18,77	-10,1%
Austrália	5,96	12,61	111,7%
Canadá	10,25	9,46	-7,6%
Paquistão	4,64	9,20	98,3%
Turquia	7,85	7,82	-0,3%
Irã	3,60	7,30	102,8%
França	4,00	5,30	32,5%
Argentina	4,42	3,49	-21,0%
Alemanha	1,77	3,22	81,4%
Brasil	1,02	2,83	177,3%
Afeganistão	2,23	2,65	19,0%
Polônia	1,40	2,34	66,9%
Espanha	3,89	2,17	-44,2%
Romênia	2,97	2,11	-29,0%
Reino Unido	0,74	1,94	162,0%
Itália	4,35	1,87	-56,9%

Fonte: FAOSTAT | Elaborado pelo autor

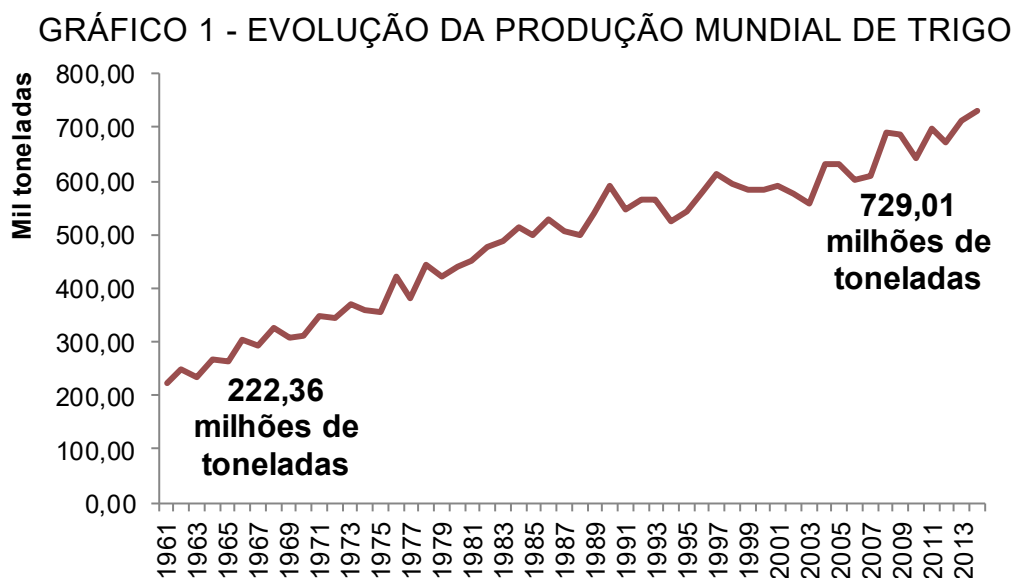
A tabela acima revela que o Reino Unido e o Brasil tiveram o maior aumento percentual em relação as áreas cultivadas nos países listados, contudo esta representação é relativamente pequena em termos de números absolutos, sendo 1,81 no caso do Brasil e em relação ao Reino Unido 1,20 em milhões de ha plantados, mas estes incrementos representam um percentual pequeno em relação à produção mundial. Já a Índia registra o maior aumento em termos reais, cerca de 17 milhões de ha de áreas cultivadas. Em termos gerais, as áreas de produção de trigo mundial aumentaram 7,9% no período de meio século.

Outro aspecto importante a sublinhar diz respeito ao aumento da produtividade em quilo por hectare plantado. O uso de novas tecnologias e o aperfeiçoamento de técnicas de cultivo permitiram aumentos consideráveis na

produtividade registrando mais de 200% no aumento da produtividade, resultado importante no cultivo do trigo.

De acordo com os dados da FAO, a produção de trigo mundial foi aproximadamente 222 milhões de toneladas em 1961, e aumentou cerca de 3,2 vezes ao longo de 54 anos, registrando 729 milhões de toneladas em 2014. Com isso, o trigo fica em 4º lugar, atrás apenas da cana-de-açúcar, com 1.88 bilhões de toneladas produzidas, do milho com 1,03 bilhões de toneladas e do arroz com 741 milhões de toneladas.

A União Soviética manteve a liderança de produção nas décadas de 1960 e 1970, e apresenta o pico de produção em 1978, com 113,55 milhões de toneladas; nesse mesmo ano a China ultrapassa os Estados Unidos em quantidade produzida, mas só se consolida como maior produtor mundial de trigo em 1983. Em 1998, a Índia ultrapassa os Estados Unidos em quantidade produzida e se firma como segundo maior produtor de trigo. O terceiro lugar e quarto lugar vêm sendo alternados entre Estados Unidos e Rússia desde 2003. A França mantém o quinto lugar desde 1984, com uma produção média de 35 milhões de toneladas por ano. Em 2014, juntos os cinco países (China (continental), Índia, Estados Unidos, Rússia e França) produziram 494,33 milhões de toneladas, o que representou 51,5% da produção mundial de trigo. Este aumento é representado conforme gráfico abaixo



Fonte: FAOSTAT | Elaborado pelo autor

O aumento da produtividade em diferentes países tem explicações particulares e seria necessário encontrar relações causais em cada país, mas, de qualquer forma, é possível afirmar que o aumento de áreas plantadas e o aumento na produção por hectare estão diretamente ligados ao aumento do consumo mundial, tornando a cultura mais atrativa para ser produzida nos respectivos países que contam com o uso de novas tecnologias de plantio.

2.2 A COMERCIALIZAÇÃO

Os Estados Unidos lideram as exportações de trigo, sendo que em 1973, com 37,40 milhões de toneladas exportadas, foram responsáveis por 50% das exportações mundiais. Em 2013, os 33,20 milhões de toneladas de trigo exportados, significaram 20% do volume exportado mundialmente. A segunda colocação de exportador mundial vem sendo revezada por Canadá, França e Austrália. Em 2013, os volumes exportados pelos três países foram de 19,81 milhões de toneladas, 19,61 milhões de toneladas e 18 milhões de toneladas, respectivamente. Juntos, os quatro primeiros colocados representam 55% do total de exportações. Rússia e Argentina também se destacam na exportação de trigo, com médias de 12,02 milhões de toneladas, e 7,83 milhões de toneladas nos últimos 10 anos.

As importações dos principais países consumidores aumentaram de 40 milhões de toneladas em 1961 para 161 milhões de toneladas em 2013. Atualmente, o Egito lidera as importações de trigo, com 10,29 milhões de toneladas em 2013, seguido pelo Brasil com 7,27 milhões de toneladas. No Brasil, o trigo é o segundo item de maior participação na pauta de importações⁹. (BNDES, 2011).

Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Paraguai e Canadá são os principais exportadores de trigo para o Brasil. De acordo com Jesus Júnior *et al.* (2011, p. 400), além da demanda superar a quantidade produzida, “a incompatibilidade entre as exigências da indústria e o produto brasileiro também é uma das causas da importação de trigo”.

2.3 O CONSUMO

De acordo com dados da FAO para o ano de 2013, o consumo médio mundial de trigo foi de 65 kg *per capita*/ano. O Azerbaijão é o país com maior consumo *per capita*, com uma média de 222 kg por ano, enquanto o Brasil consome aproximadamente 53 kg *per capita* por ano.

Para a FAO, até 2030 a população mundial deverá chegar a 8,3 bilhões de pessoas. Os cereais ainda são a principal fonte de alimentos no mundo e a perspectiva é que o consumo, que hoje é de 2.940 kcal/dia, aumente para 3.050 kcal/dia, logo a produção deverá aumentar para acompanhar esse ritmo.

O consumo de trigo no Brasil registra anualmente mais de 10 milhões de toneladas, mas a produção representa apenas a metade disso, o restante é importado principalmente da Argentina, Estados Unidos, Paraguai e Uruguai. A dependência do país na importação do trigo está diretamente relacionada à ausência de políticas públicas que visem aumento da produção, além dos acordos comerciais com estes países que em troca compram produtos brasileiros. Não obstante, a cultura do trigo concorre com outras culturas adotadas no agronegócio,

⁹Atrás apenas da cadeia de petróleo.

em especial outras culturas de inverno e a segunda safra de milho, o que dificulta o aumento na área plantada em importantes regiões produtoras.

3. O TRIGO NO BRASIL

O cultivo de trigo no Brasil tem seu principal impulso com a revolução agrícola adotada nos anos setenta do século XX. Pesquisas, novos implementos e técnicas foram aplicadas no cultivo e o resultado foi o crescimento, ainda que pequeno da produção, tanto em áreas plantadas quanto no que diz respeito ao aumento da produtividade. Entretanto, pode-se dizer que o complexo agroindustrial proporcionou o desenvolvimento da indústria de transformação mais do que políticas dirigidas a incentivos para produção propriamente dita.

Com base nisto, verifica-se que o setor ligado a transformação do trigo no Brasil não está alinhado aos interesses do produtor, ao mesmo tempo em que o produtor não está preocupado em oferecer produto de qualidade por conta dos elevados custos de produção que incluem muitas tributações aplicadas somente na produção nacional. O resultado disso é observado nas predominantes importações de matéria prima em detrimento de diálogos entre os elos da cadeia, visto que as relações comerciais entre os atores envolvidos são disparas.

3.1 O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO TRIGO NO BRASIL.

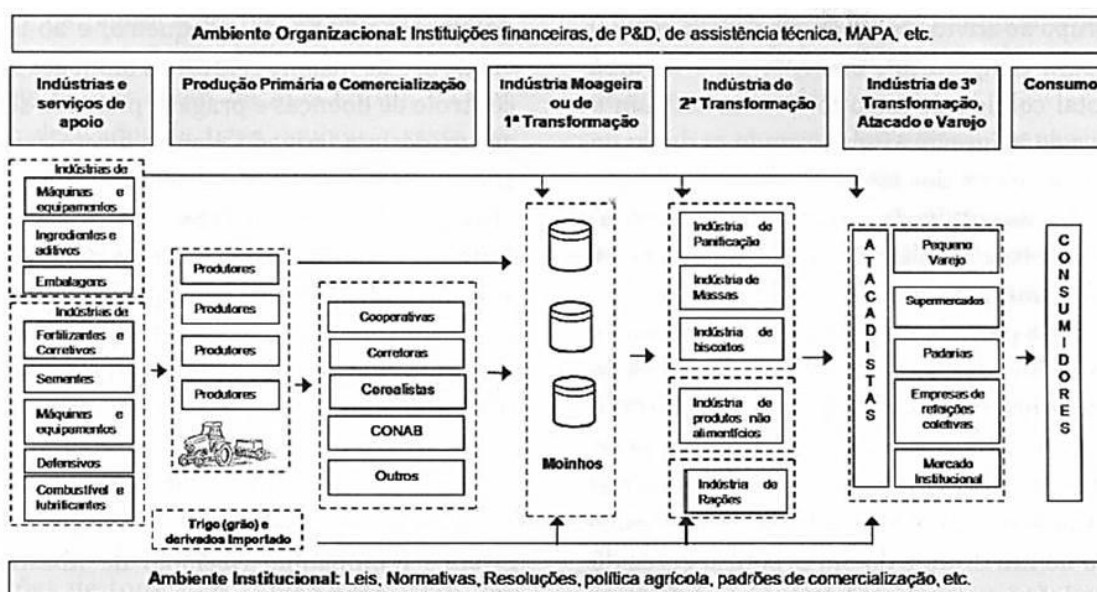
A diversidade no conjunto de empresas que está relacionada ao setor da produção da triticatura requer algumas considerações. Desde os processos de cultivo aos processos de transformação podem-se observar interesses distintos. Se por um lado o produtor do trigo é o protagonista, pois consiste na produção primária, é a indústria de transformação que agrega mais valor, a exemplo disto destaca-se o setor moageiro, por apresentar estrutura mais organizada comparada com outros elos do complexo Agroindustrial.

Segundo Mori & Ignaczak (2011) o Complexo Agroindustrial (CAI) “consiste em um conjunto de diferentes processos industriais e comerciais, que uma determinada matéria-prima de base [...] pode sofrer, até se transformar em diferentes produtos finais”.

Para Muller (1989, *apud* RAMOS *et al*, 2007), o CAI pode ser definido como “relações entre indústria e agricultura na fase em que a agricultura apresenta intensas conexões para trás, com a indústria para a agricultura, e para frente, com as agroindústrias”.

O Complexo Agroindustrial do Trigo no Brasil agrega as indústrias de insumos ou de apoio (máquinas, sementes, fertilizantes, entre outros), a produção, comercialização, (aqui inclui as cooperativas, atacadistas, varejistas, etc), as indústrias de 1ª transformação ou processamento (moinhos), 2ª transformação (panificação, indústrias de massas, biscoitos, etc), 3ª transformação (atacado e varejo, como panificadoras, supermercados, etc), as instituições que prestam serviços ao setor agropecuário (crédito, assistência técnica, pesquisa, etc) e por fim o consumidor final. Como verificado no fluxograma abaixo:

FIGURA 1 - ESQUEMATIZAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO TRIGO NO BRASIL



Fonte: (MORI & IGNACZAK, 2011)

Para Ramalho Jr (1994), o complexo agroindustrial brasileiro se constitui a partir da industrialização da agricultura, em meados dos anos 70, segundo ele “como uma extensão da fase de industrialização pesada, que se iniciara na segunda

metade dos anos cinquenta”. Para o autor, a industrialização da agricultura ditou “uma nova dinâmica, agora auto sustentada [...] que passa a determinar os movimentos do “*setor agrícola*” crescentemente integrado à indústria moderna, a montante e a jusante”.

Observadas as considerações acerca do CAI destaca-se de agora em diante questões ditas de políticas públicas produzidas pelos agentes do Estado. Para isso, utiliza-se de uma perspectiva histórica que vai desde o início do século XX até os dias atuais, o que permite defender nossa hipótese de trabalho de que existe uma lacuna nas políticas públicas direcionadas ao setor de triticultura no Brasil.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DA TRITICULTURA: Uma perspectiva histórica

Os primeiros registros de trigo no Brasil datam 1534, quando Martim Affonso¹⁰ o trouxe em expedições portuguesas. O grão encontrou no sul as melhores condições para o cultivo, porém problemas de pragas e ferrugem dizimaram por diversas vezes as plantações.

Na metade do século XIX imigrantes italianos se instalaram no Rio Grande do Sul e montaram os primeiros moinhos do país, feitos de madeira e movidos à água. Como afirma Bartaburu (2016), “era difícil manter alta a produtividade, de modo que mal sobrava trigo para exportar. Quase todo o cereal era consumido pela própria família.”.

Brum & Heck (2005, p. 34) destacam que o consumo no fim do século XIX ainda era pequeno, mas foi nessa época que o país iniciou importações oriundas da Argentina, Uruguai e Canadá, considerando que a produção nacional não era suficiente para suprir as demandas.

¹⁰ Martim Affonso de Sousa (1500-1571), português, donatário da próspera capitania de São Vicente. Em 1534, enviou colonos, mudas de plantas e sementes, entre outras coisas, com objetivo de iniciar a colonização em suas terras. (CUNHA, 1999).

Em 1912, foi autorizado pelo decreto de lei n. 9.411, o primeiro campo experimental para a cultura do trigo no Brasil, no município de Bagé, no Rio Grande do Sul. Em 1919, foram criadas a Estação Experimental de Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul, no município de Veranópolis, e a Estação Experimental de Ponta Grossa no estado do Paraná. Nesta direção, pode-se dizer que as iniciativas marcam a primeiras políticas públicas no setor.

De acordo com Bartaburu (2016), “o Rio Grande do Sul se tornou o maior, e praticamente o único, produtor de trigo no Brasil naquele tempo. O censo de 1920 nos fala de 83 mil toneladas (quando a Argentina produzia 5 milhões) ”.

Com efeito, o estado do Rio Grande do Sul recebeu maior atenção no governo de Getúlio Vargas, entre 1928 e 1930, criando estações fitossanitárias experimentais. No período subsequente, “[...] foi iniciada uma reação em defesa da produção nacional do trigo, com o próprio Getúlio Vargas contratando técnicos e dando apoio aos moinhos de pequeno porte que surgiam nas regiões que produziam trigo.” (CAFÉ *et al.*, 2003, p. 197). Este fato pode ser compreendido como um avanço significativo nas políticas públicas da triticultura no país.

Não obstante, no ano de 1930, tanto o Brasil quanto a Argentina tiveram golpes de Estado¹¹. Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil e José Félix Uriburu na Argentina, entretanto, enquanto no Brasil as oligarquias rurais perderam poder, na Argentina ocorreu o movimento inverso. De acordo com Bandeira (1995), Uriburu “restaurou o predomínio dos interesses agroexportadores contra as aspirações das classes médias urbanas e do proletariado” (apud ALMEIDA, 2000, p.116).

¹¹ No Brasil, o movimento liderado pelo Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, derrubou o presidente eleito Júlio Prestes e instituiu Getúlio Vargas como chefe do “Governo Provisório” em 03 de outubro de 1930, dando fim a República Velha. Na Argentina, em 06 de setembro de 1930, o general José Félix Uriburu liderou o golpe de Estado, assumindo o lugar do então presidente Hipólito Yrigoyen.

A Argentina adotou medidas protecionistas¹² que afetaram a exportação de erva-mate brasileira e como forma de retaliação, Vargas passou a adquirir trigo dos Estados Unidos. Pouco mais de dois anos depois, Agustin Pedro Justo, então presidente argentino visita o Rio de Janeiro, onde assina diversos acordos comerciais, dentre eles, cessando as rixas que envolveram erva mate e o trigo. (ALMEIDA, 2000).

Em 1937 foi criado o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, por meio do Decreto-Lei nº26 que regulamentava a fabricação de pão-misto, com obrigatoriamente 70% de trigo. Entretanto, em 1942 o governo assinou um convênio com a Argentina, que proibia o uso de pão-misto no Brasil, provocando aumento no preço do trigo e redução na produção. O acordo prejudicou alguns elos, entre os produtores em especial devido ao aumento substancial do preço do trigo implicando na preferência pela importação do trigo Argentino. Enquanto que muitas empresas do setor moageiro que estavam adequadas com a produção do pão misto acumularam prejuízos implicando no fechamento de muitas fábricas. (BACALTCHUK & SILVA., 2001, p. 15).

O Serviço de Expansão do Trigo¹³ (SET), criado em 1944, durante o segundo governo de Vargas, tinha como objetivo fiscalizar, orientar e fomentar a produção, comércio e indústria do trigo no país. Entretanto, a indústria moageira de trigo desenvolveu-se somente após 1949, quando o governo criou a Lei 948, que

¹² “A Grande Depressão marcou o fim de um período de 75 anos de liberalismo total no comércio graneleiro internacional, iniciado com a abolição das *Corn Laws* inglesas, em 1846. [...] Foi uma década em que tanto o liberalismo político quanto o econômico se viram acuados, por não terem como apresentar soluções para os efeitos perversos da crise de 1929. A partir dos anos 30, os EUA habituaram-se a sustentar os preços agrícolas, a subvencionar as exportações e até a regulamentar a área plantada em seu território. [...] Também em nível mundial tentou-se estabilizar os preços do trigo, com a intervenção governamental. Assim é que, em 1933, vinte e um países, sendo dezoito europeus e mais a então próspera Argentina, um dos líderes na produção cerealista, EUA e Canadá. Queria-se a formação de um estoque regulador mundial, mediante uma Convenção Internacional do Trigo.” (ALMEIDA, 2001).

¹³Decreto-lei n. 6.170 - de 5 de janeiro de 1944.

isentava de impostos por cinco anos a importação de máquinas, desde que não houvesse similar nacional:

como parte dos moinhos recebia cotas de trigo proporcionalmente à capacidade de produção, rapidamente ocorreu a expansão do número de plantas no parque moageiro nacional. Por conta disso, a capacidade do parque moageiro brasileiro apresentava-se superior ao consumo doméstico de trigo, havendo forte ociosidade neste setor no Brasil. (SILVA, 2001 apud MAGGIAN & FELIPE, 2009).

Em 1951, Vargas instituiu o Decreto nº 29.299, em que tornava obrigatória a aquisição de trigo nacional pelos moinhos, num sistema de cotas; permitia que os moinhos da região norte e centro do país revendessem as cotas aos moinhos das regiões produtoras, visando evitar o “passeio do trigo”¹⁴ e instituía o Banco do Brasil como único importador e distribuidor do trigo estrangeiro. (SILVA, 1992)

O trigo nacional passou a ser vendido a um preço muito maior do que o produto importado, dando origem ao chamado “trigo-papel”, que era uma forma de fraudar a emissão de notas fiscais, permitindo aos moinhos adquirir maior quantidade de produto estrangeiro. (COLLE, 1998).

Na safra seguinte, visando coibir a prática do trigo-papel, o governo instituiu um preço menor ao trigo nacional frente ao estrangeiro na venda aos moinhos e um subsídio pago aos produtores, que era equivalente a diferença entre o preço do trigo nacional e o preço do trigo estrangeiro. Com isso surgiu uma nova forma de fraude, a nacionalização do trigo, “que consistia em apresentar produto importado como nacional.” (JACOBSEN, 1999)

Em novembro de 1955, foi firmado o primeiro de nove acordos que viriam a ser feitos com os Estados Unidos até 1969. Esses acordos envolviam a venda de trigo¹⁵ (em grão e/ou farinha), e, em determinados acordos, poderiam incluir milho,

¹⁴ “O passeio do trigo consistia no fato do trigo nacional ser transportado para regiões ao norte do país, enquanto o trigo importado era transportado para o sul” (SILVA, 1992, p.32)

¹⁵ “Produto este de má qualidade para a panificação e custando em cruzeiros 40% a mais do que o trigo proveniente da Argentina e Uruguai”. (COLLE, 1998, p.21).

banha e outros cereais, pelos EUA para o Brasil, com quantidades, prazos, fretes e juros pré-definidos. Do primeiro ao quinto acordo o pagamento previsto foi em cruzeiros, com 40 anos de validade. A partir do sexto acordo a validade foi reduzida para 20 anos e o pagamento deveria ser feito na moeda norte-americana. (Dicionário histórico-biográfico brasileiro).

Almeida (2002, p. 98) relata que “imediatamente [após o segundo acordo¹⁶], a participação norte-americana nas importações brasileiras passou de irrisórios 9%, em 1955, para 38%, em 1956, enquanto a da Argentina caía de 91% para 62%, simultaneamente”.

Em períodos posteriores, já com o cultivo sacramentado no país, diversos problemas surgiram, a fim de amenizar e controlar tais questões buscou-se tentativas de coibir as fraudes que vinham ocorrendo. Em 1962 o Governo criou a Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), que passou a comprar toda a produção de trigo nacional via Banco do Brasil. Perosa & Paulillo (2007) destacam que além da compra e venda do trigo, a CTRIN ainda era responsável pelo transporte e a estocagem do produto.

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob um regime militar, e foi nesse período que o trigo recebeu maior atenção. Belik (1998, p.9) caracteriza o período militar como “fúria regulatória”, quando o governo passa a regularizar praticamente todos os aspectos da política agrícola.

Para Delgado e Conceição (2005, p.26) apenas as políticas agrícolas voltadas para o trigo tiveram desenho institucional e implantação contínua no pós-guerra, pois o trigo era visto como produto de segurança alimentar, no sentido que era necessário a autossuficiência e o acesso universal a todos os consumidores.

¹⁶“O segundo acordo, assinado já no governo do presidente Juscelino Kubitschek, em 31 de dezembro de 1956, tinha o valor global de 138.700.000 dólares, destinando-se 15% às despesas do governo dos Estados Unidos e 85% ao governo brasileiro, para fomentar o desenvolvimento econômico. Esse segundo acordo envolvia os seguintes produtos: trigo, 111 milhões de dólares; banha, 5 milhões de dólares; milho, 2 milhões de dólares; sorgo, 1.700.000 dólares; laticínios, 2.200.000 dólares; óleos vegetais, 1.500.000 dólares, e frete marítimo 19 milhões de dólares. As taxas de juros previstas oscilavam entre 3 e 4% ao ano. (Dicionário histórico-biográfico brasileiro).

Percebe-se que as políticas públicas adotadas no setor da agroindústria durante o período militar indicam a preocupação com questões relativas à autossuficiência, marcando assim estratégias e procedimentos próprios do militarismo.

De acordo com Mendes (1994), “[...] o aparato institucional do Estado para o Complexo-Trigo é, definitivamente consolidado pelo Decreto-Lei nº210¹⁷”.

Para Ramalho Junior (1994), o trigo era considerado produto estratégico para legitimar o governo:

[...] a importância de seus derivados na cesta alimentar básica, o trigo assumia o caráter de produto estratégico politicamente, sendo colocado no discurso oficial como uma questão de segurança nacional [...] o fluente abastecimento do produto no mercado a preços baixos era um parâmetro para a população (especialmente de baixa renda) “medir” o sucesso da política econômica governamental. (RAMALHO JUNIOR, 1994, p.88)

O DL-210 estabelece normas que afetam o abastecimento, a industrialização e a comercialização do trigo, atribuindo o monopólio do setor moageiro para o Estado, regulado via Departamento de Trigo (DTRIG), da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), a qual era ligada diretamente à Presidência da República, independente do Ministério da Agricultura.

Dentre suas diretrizes, o DL-210 impedia o crescimento do setor moageiro, proibindo a instalação de novos moinhos e até mesmo a expansão dos moinhos existentes. (SILVA, 1992, p.36).

Também estabelecia a garantia de compra de toda a safra, política de preços mínimos, além de subsídios ao consumidor. Ramalho Jr (1994, p.57) destaca que “o protecionismo (...) resultou numa certa acomodação dos produtores no sentido de não incentivar mudanças no processo produtivo e no nível de produtividade (...)”. Tais medidas foram comemoradas pelos produtores, contudo fica engessada qualquer tentativa de melhorar a qualidade do produto, visto que o governo compraria os grãos de qualquer maneira.

Nesse período, é criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

¹⁷ Decreto Lei 210, de 27 de fevereiro de 1967.

(Embrater) encarregadas da pesquisa e assistência técnica e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), com o objetivo de garantir crédito aos agricultores.

Belik (1998, p.17) destaca que “o volume de recursos à disposição de todas as atividades foi se elevando fazendo com que, inclusive, ocorressem profundas distorções regionais e setoriais.”. O setor de trigo recebeu de 6,7% a 10% de todo o crédito destinado à agropecuária brasileira, entre 1975 e 1980 (COLLE, 1998, p.55).

Entretanto, segundo Ramalho Junior (1994), “no início dos anos oitenta [...] a política tritícola e o DTRIG passam a ser contestados por outras instituições públicas”.

Em 1982, o Brasil passa pela chamada “crise da dívida externa”, quando o país precisa recorrer ao FMI. Ramalho Junior (1994) destaca que a “Conta Trigo” foi apontada como um dos fatores responsáveis pelo déficit público no início da década de 80: Nesta direção,

[...] a primeira metade da década dos anos oitenta é marcada pela “indecisão” governamental sobre a eliminação do subsídio ao trigo, e de como fazê-lo. Apesar das críticas, então constantes, o subsídio permaneceu, sendo reiteradamente postergada a sua eliminação. Isso evidencia que embora o discurso oficial colocasse explicitamente a necessidade de sua eliminação, na prática, os esforços para tal não se concretizavam, sempre colocando-se a dificuldade de fazê-lo em função dos impactos nos índices inflacionários. (RAMALHO JUNIOR, 1994, p.98).

O único período em que o país quase atingiu a autossuficiência de trigo foi em meados da década de 80, quando a produção de 6 milhões de toneladas/ano, respondia por mais de 90% do consumo. De acordo com Canziani *et al* (2004, apud Maggian & Felipe, 2009), o preço internacional do trigo era de US\$130 por tonelada e preço interno era de US\$241 por tonelada, desvinculando o mercado nacional do internacional.

Com o fim da ditadura militar em 1985, José Sarney assume a Presidência da Nova República¹⁸. Já no primeiro ano em exercício, o presidente Sarney transfere a Sunab para o Ministério da Fazenda¹⁹ e coloca em prática o congelamento de preços por meio do Plano Cruzado, com objetivo de conter a inflação, e mantendo as políticas tritícolas que estavam em curso.

Para o Coordenador de Planejamento Geral do IPEA/PLAN, Gustavo Pedrosa Maia Gomes “[...] no presente momento [fim da década de 80], dentro de uma política de congelamento, será impraticável supor-se possível ao mesmo tempo eliminar subsídios e manter o congelamento de preços ao consumidor.” (Câmara dos Deputados, v.II, 12985:74, apud RAMALHO JUNIOR, 1994).

Entretanto, a política tritícola foi posta em debate. O DTRIG defendia a continuidade do DL 210, porém era favorável ao fim do subsídio ao consumo, desde que fosse feito de forma gradual. Para Ramalho Junior (1994), “colocar-se contra isso [fim do subsídio], seria “ir contra a maré” naquele momento”. Nota-se que as políticas públicas do setor sofreram influências tanto na crise do governo militar em contraste com a redemocratização política, quanto ao surgimento de uma crise inflacionária sem precedentes.

Do outro lado estava o Ministério da Agricultura, representado então pelo Gerente Nacional do Trigo da Secretária Nacional de Abastecimento do Ministério da Agricultura (SNAB), utilizando o argumento de que a eliminação dos subsídios traria benefícios diretos sob a inflação: “Se analisarmos o período, talvez os dez últimos anos, não nos resta dúvidas, se tivéssemos eliminado o subsídio ao trigo teríamos uma situação deflacionária, e não inflacionária.” (Câmara dos Deputados, v.I, 1985; 8/9 apud RAMALHO JUNIOR, 1994, p.104).

A discussão não gerou resultados efetivos, e em 1988 novamente foi colocada em pauta, pelo Projeto de Lei nº1390, visando à revogação completa do

¹⁸ A Nova República é o período que seguiu ao governo militar caracterizado pela democratização política [...] (BRASIL, 2009)

¹⁹ Decreto nº 91.149 de 15 de março de 1985.

DL 210. O projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional e assim a política tritícola continuara inalterada.

Foi apenas em 1990, durante o governo Collor, que ocorreu a revogação do DL 210²⁰. Assim, essa fase do trigo é caracterizada por um cenário de desregulamentação. Brum & Heck (2005, p.36) consideram 1990 como um ano de inflexão para o trigo nacional.

Através da MP-224, de 17 de setembro de 1990, a comercialização e industrialização do trigo passam a ser livre, e o DTRIG extinto. Com isso o trigo passa a ser amparado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)²¹. É consenso entre os autores que a desregulamentação brusca prejudicou especialmente os produtores, dessa maneira,

é um equívoco não levar em conta as especificidades que marcam esse mercado e dar tratamento igual aos demais produtos, como é a política pós-liberalização. A produção nacional é insuficiente, espacialmente concentrada; o mercado internacional oferece produto de melhor qualidade e/ou de menor custo, existindo ainda uma evidente adoção de subsídios ao produto em diversos países. (MENDES, etall., 1994 apud RAMALHO JUNIOR, 1998).

Para Tomasini & Ambrosi (1998) o Brasil não consegue competir com outros países, devido aos subsídios existentes aos produtores nos outros países e as condições de prazo e taxas de crédito propiciadas aos importadores brasileiros.

Para o setor moageiro, não houve tanta dificuldade para se adequar a abertura comercial. De acordo com Perosa & Paulillo, o “setor se reorganizou com a

²⁰ Medida Provisória 248 de 21 de novembro de 1990.

²¹ A Conab é responsável por planejar, normatizar e executar a PGPM (...). Anualmente, a Companhia elabora as propostas de preços mínimos e as envia para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). O MAPA, juntamente ao Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Conselho Monetário Nacional, define os preços mínimos de comercialização dos produtos agrícolas, pecuários e extrativos amparados pela política e que são instituídos por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União. (CONAB, 2017). A PGPM opera via Aquisição do Governo Federal (AGF), Empréstimo do Governo Federal (EGF), Prêmio para Escoamento de Produtos (PEP), Prêmio de equalização pago ao produtor (PEPRO), e Contrato de Opção de Venda.

entrada de grupos multinacionais, como a CARGILL, e com a expansão de grupos que aqui já atuavam, caso da BUNGE”.

Segundo Perosa e Paulillo (2007) é possível dividir as políticas incidentes sob o trigo pós anos 90, em quatro linhas: Política Comercial, Política Agrícola, Políticas voltadas para infraestrutura e transportes e Política Cambial.

Quanto à política comercial, além do livre comércio, após o fim da DL 210, em 1991 foi dado o primeiro passo para a criação de um mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, regulamentado pelo Tratado de Assunção. A união aduaneira²² foi efetivamente estabelecida em 1994, com o Protocolo de Ouro Preto. (LEMOS, 1997).

Brum (2005) destaca que “entre 1990 e 2000, as compras externas de trigo, por parte do Brasil, foram multiplicadas por cerca de quatro vezes, passando de 1,9 milhão de toneladas para 7,6 milhões de toneladas”.

Para Perosa & Paulillo (2007), a alta carga tributária não incide sob os produtos importados, fazendo com que o produto concorrente tenha uma vantagem adicional: “as altas taxas de juros internos acabam por incentivar a compra de trigo e farinha importados, com prazos de até 180 dias para pagamento e taxas de juros de 6% ao ano”. (MINETTO & OORTS, 1995, apud PEROSA & PAULILLO, 2007).

No que tange às políticas agrícolas, até 1996 o trigo foi amparado pela PGPM, sendo utilizado apenas a modalidade de EGF²³ (Empréstimo do Governo Federal). Após 1996 o PEP também passa a ser utilizado, estabelecendo a paridade entre os preços de mercado e os preços mínimos estabelecidos pelo governo. A partir de 1997 foi criada a opção de venda pública, em que o produtor tem a garantia

²² A União Aduaneira possui uma dimensão intrablocos, onde pratica-se desde aquela data o livre comércio de bens e serviços com tarifas de importação zero, e uma dimensão extra-blocos, onde pratica-se uma Tarifa Externa Comum – TEC para as importações de terceiros ao nível médio de 14%, com um nível máximo de 20%. Considerando-se todas as exceções, cerca de 85% do valor do comércio do MERCOSUL já se encontra sob regime de União Aduaneira. Considerando-se apenas o setor agroindustrial, este valor do comércio é superior a 95%”. (LEMOS, 1997, p. 110).

²³ “Esse mecanismo permitia que os produtores estocassem sua produção à espera de preços mais vantajosos na entressafra”. (PEROSA & PAULILLO, 2007)

de vender a produção para a CONAB a um preço pré-acordado caso o preço de mercado estivesse abaixo desse. (PEROSA & PAULILLO, 2007)

Ainda em 1996, é criado o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), que é um instrumento que indica as regiões e datas sugeridas para o plantio de acordo com os riscos identificados em safras anteriores. O programa foi criado com foco na cultura de trigo, e em 2017 já contempla mais de 40 culturas. Os programas do governo e mais recentemente, os agentes financeiros “[...] já estão condicionando a concessão do crédito rural à observância aos indicativos do ZARC”. (BRASIL, 2017)

Em 2003, o governo adota a Nota Promissória Rural (NPR), destinada a produtores pessoa física e a Duplicata Rural (DR) utilizada por pessoa jurídica e cooperativas; e a Linha Especial de Crédito (LEC), que é uma variação do EGF que permite utilizar preços acima dos preços mínimo. E em 2005 é disponibilizado a Opção Privada²⁴ (PROP), semelhante a Opção Pública mas sem a venda para a CONAB. (PEROSA & PAULILLO, 2007)

Na terceira estratificação proposta por Perosa & Paulillo (2007), estão as Políticas de Armazenagem e Infraestrutura de Transportes. Para os autores, na questão de armazenagem, o Estado não atende as demandas dos produtores, gerando problemas no período de recepção das safras de verão. Um segundo problema está na localização das unidades de armazenamento, que estão próximas as regiões produtoras.

Em estudo publicado pela CONAB verificou-se que na gestão das armazenagens o setor público representa apenas 3%, enquanto as cooperativas são responsáveis por 58% da capacidade de armazenagem e as empresas privadas representam os 39% restantes.

²⁴ [...] O produtor poderia pagar o prêmio a um comprador interessado e, assim, ter a opção de lhe entregar a safra, caso os preços de mercado estivessem abaixo do preço acordado. A PROP também permitia contratos de opção de compra, em que um comprador interessado pagava o prêmio a um determinado produtor ou cooperativa tendo a opção de adquirir a produção, caso os preços estivessem acima do acordado”. (PEROSA & PAULILLO, 2007)

Em relação à infraestrutura de transportes, o processo de privatização das ferrovias, rodovias e portos poderia gerar maior eficiência. Entretanto, ao mesmo tempo em que essa eficiência viria a reduzir custos de transporte do produto das regiões produtoras para os centros consumidores; reduziria também o custo do transporte do produto importado. (PEROSA & PAULILLO, 2007)

Segundo a CONAB (2017), a proposta do governo é incentivar os investimentos privados:

a Lei nº 727 de maio de 2016 cria incentivos para o desenvolvimento de programa de parceria de investimentos para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura a serem viabilizados por intermédio de uma nova elaboração dos contratos de concessão.

Por fim, mas não menos importante, em relação às políticas pós 1990 que afetam a cadeia tritícola, está a Política Cambial. Segundo Perosa & Paulillo (2007):

a supervalorização da moeda nacional, que marcou a passagem do cruzeiro real para a Unidade Real de Valor (URV), e posteriormente para o Real (R\$), barateou as importações dizimando vários setores. [...] O trigo oriundo da Argentina adentrou de forma avassaladora no mercado brasileiro, conquistando a preferência dos moinhos, que passaram a dispor de matéria-prima a preços e condições de crédito mais vantajosas. O regime de banda cambial fixa dava a esses importadores grande segurança. Essa situação isolou os produtores nacionais, que se tornaram um elo fraco e desnecessário para o restante da cadeia.

Reside aqui nossa hipótese geral de trabalho, ou seja, as políticas públicas destinadas ao setor tritícola a longo do período analisado não foram suficientes para o aumento da produção de trigo e, em alguns casos já mencionados acima, iniciativas governamentais impuseram resultados negativos aos produtores. Por outro lado, com advento da nova política adotada a partir dos anos noventa generalizou as políticas agrícolas, colocando na mesma esfera processos e culturas com interesses distintos.

Em 1999, quando o regime cambial passou a ser flutuante, aliado a desvalorização do real, a situação voltou a ser favorável para o produto interno, já

que ficou mais arriscado para os moinhos adquirirem produto importado. Desde então os produtores nacionais ficaram à mercê das variações cambiais, já que as cotações são formadas com base no preço importado mais o frete²⁵. (PEROSA & PAULILLO, 2007)

Segundo Brum (2005) “esta nova realidade levou a um aumento na produção de trigo no interior do Brasil, fato que reduziu o volume importado. Este, que foi de 7,6 milhões de toneladas em 2000, recua para 6,2 milhões em 2003”. No entanto, cabe assinalar que desde este período existe uma inexistência de políticas de incentivo à produção tritícola.

3.3 PRODUÇÃO NACIONAL

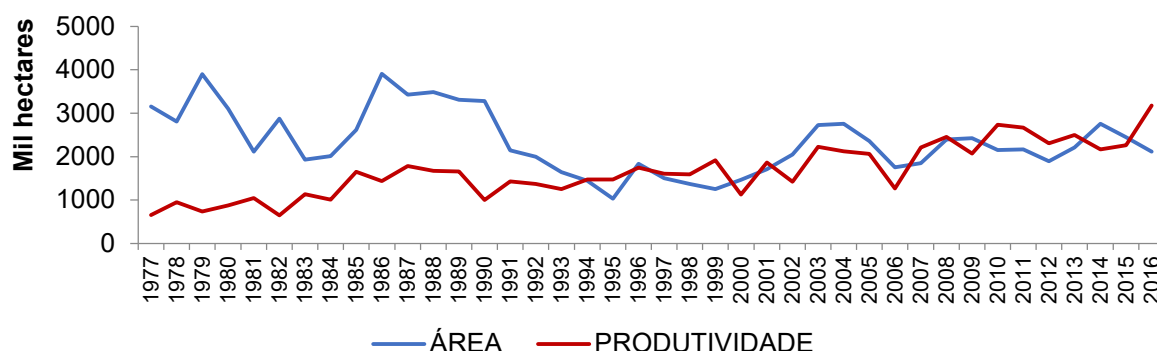
A produção de trigo no Brasil triplicou nos últimos 40 anos. Na safra de 1977²⁶ a produção de trigo no Brasil foi de 2 milhões de toneladas, passando para 6,7 milhões de toneladas em 2016. A área destinada ao trigo teve redução de 33% entre 1977 e 2016, enquanto a produtividade subiu de 655 kg/ha para 3.175kg/ha. Embora exista um aumento considerável na produtividade é preciso sublinhar que a qualidade final do produto não acompanhou este crescimento, ou seja, o trigo nacional ainda é inferior em relação ao trigo importado.

No gráfico abaixo, apresenta-se a evolução da área e da produtividade, indicando que embora tenha existido uma diminuição da área cultivada a produtividade aumentou significativamente,

²⁵ Os fretes podem ser classificados como CIF (*Cost Insurance Freight*), onde o fornecedor é o responsável pelo custo do frete e o FOB (*Free on Board*), modalidade em que o cliente é responsável por arcar esse custo.

²⁶ A CONAB disponibiliza dados referentes ao cultivo do trigo no Brasil a partir de 1977.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA ÁREA E DA PRODUTIVIDADE DE TRIGO NO BRASIL ENTRE 1977 E 2016



Fonte: CONAB | Elaborado pelo autor.

Com efeito, de acordo com o gráfico acima, em 1986, foram destinados 3,9 milhões de ha para o cultivo de trigo, maior área já registrada. Após esse ano, há uma trajetória de queda, mantendo médias abaixo de 2 milhões ha até 2001. De 2002 em diante, a área cultivada com trigo manteve a média de 2,2 milhões de ha, e em 2016 a CONAB registrou 2,1 milhões de ha.

A produtividade quadruplicou em 40 anos, e atingiu o recorde em 2016, com uma média de 3,1 t/ha, 40% maior que no ano anterior. O Paraná e o Rio Grande do Sul são responsáveis por aproximadamente 90% da produção brasileira de trigo. O trigo paranaense tem vantagens sob o do Rio Grande do Sul, a começar pela colheita que inicia em agosto, dois meses antes que no Rio Grande do Sul e na Argentina, permitindo que o produto paranaense chegue antes ao mercado; as condições climáticas e a proximidade com o mercado consumidor, resultando em menores custos de transporte, são outras vantagens do produtor paranaense. (BRUM, 2008)

Registra-se que os estados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal também registram produções de trigo, compondo 10% da produção nacional. Já no Cerrado, em áreas com altitudes elevadas, e durante a época de secas (entre maio e setembro), é possível cultivar o trigo sob regime irrigado. De acordo com a Embrapa (2015) “o potencial de

rendimento [...] chega a 8 t/ha ou 9 t/ha. Por sua vez, sob regime de sequeiro, o potencial é bem inferior, girando em torno de 3 t/ha a 4 t/ha.”

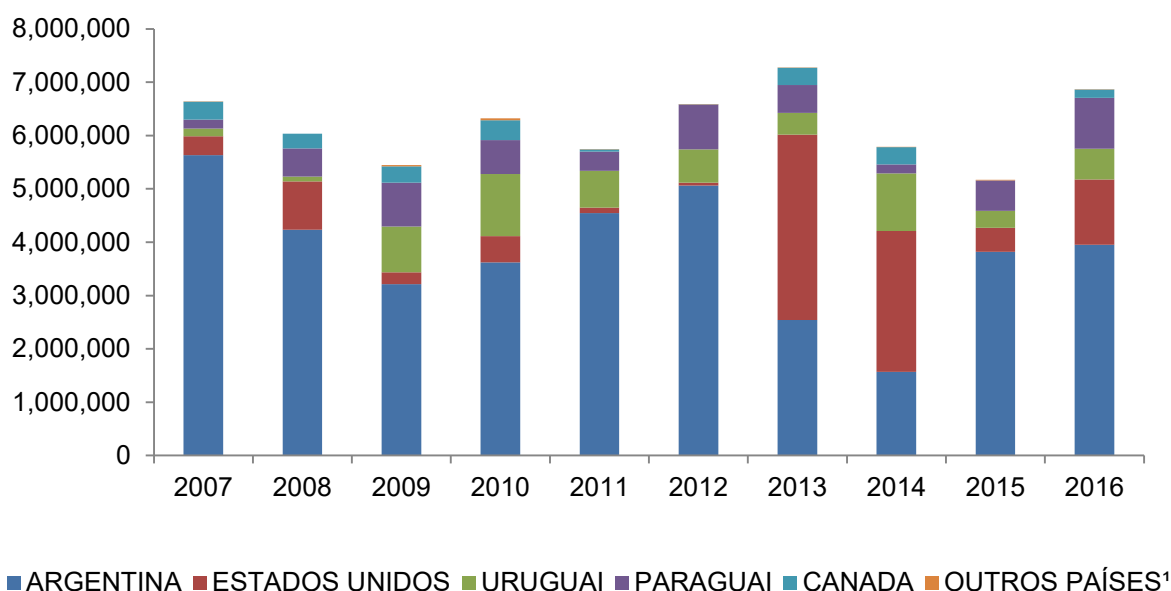
É interessante observar que mesmo o Brasil sendo um país dependente da importação do trigo, parte da produção nacional é exportada devido a sua baixa qualidade. No ano de 2004, por exemplo, foi registrada a primeira exportação significativa com 1,4 milhões de toneladas.

O trigo exportado pelo Brasil tem como destino principal o sudeste asiático. Em 2016, Filipinas e Vietnã importaram cerca de 440 mil toneladas de trigo brasileiro. O trigo exportado é proveniente do Rio Grande do Sul e de baixa qualidade, sem aceitabilidade e colocado no mercado a preços baixos. (Conab, 2017).

4. CONCORRENTES DO TRIGO NACIONAL

Como já destacado, embora o Brasil seja um país produtor de trigo, o consumo nacional e as exportações realizadas para outros países demandam importações. Entre 2007 e 2016 o montante importado de trigo pelo Brasil foi de 61,8 milhões de toneladas, de acordo com dados do MAPA. Sendo 62% proveniente da Argentina, 16% dos EUA, 10% do Uruguai, 9% do Paraguai e 3% do Canadá.

GRÁFICO 3 – MONTANTE IMPORTADO DE TRIGO PELO BRASIL POR PAÍS DE ORIGEM EM TONELADAS – 2007-2016



¹ Rússia, Polônia, Suíça, Angola, Líbano, França, China, Taiwan e Itália.
Fonte: Agrostat/MAPA | Elaborado pelo autor

4.1 ARGENTINA

Historicamente a Argentina é o principal fornecedor de trigo para o Brasil. Da safra 2015/2016, por exemplo, o país exportou para o Brasil 33% das 11,7 milhões de toneladas produzidas. De acordo com Brum (2005), “a Argentina exporta mais da metade do que produz anualmente. Tal realidade é apenas superada pela Austrália, que comercializou o equivalente a 70% do total produzido em 2003/04”.

Dados do Ministério de Agroindústria da Argentina mostram que a província de Buenos Aires foi responsável por 45% da produção, 19,5% em Córdoba, 16,2% em Santa Fé e 6,1% na província de Entre Rios.

Na questão da comercialização, na Argentina existem intermediários, chamados de *acopiadores*, que de acordo com Perosa & Paulillo (2007) “realizam a compra, limpeza, secagem, armazenagem e distribuição da produção argentina [...] demonstrando grande eficiência no sentido de que os custos de coleta de informações são reduzidos.”

A moagem de trigo na Argentina, segundo dados da FAIM²⁷, foi de 5,8 milhões de toneladas em 2016, sendo 625 mil toneladas destinadas à exportação, 338 mil toneladas tendo o Brasil como destino, e 252 mil toneladas destinadas a Bolívia.

A Argentina tem sérios problemas com a infraestrutura e logística. De acordo com estudo feito pelo Banco Interamericano de Desarrollo²⁸ em 2016, sobre a situação das estradas argentinas, constatou-se que de 625.982 km de estrada, aproximadamente 80% não são pavimentadas. Os chamados “caminhos rurais” são as saídas das produções agropecuária, mineira e a vinculação de cidades e de aldeias. Ao todo são 500.678 km de estradas de terra, sendo 0,16% de competência federal, 22,7% de competência provincial e 77,13% chamados de terciários (competência provincial e municipal). Em anos com chuvas excessivas as colheitas ficam presas nas propriedades. “Há deterioração devido ao excesso de chuvas e de cargas, erosão hídrica e falta de manutenção sistemática e permanente”. (BID, 2016)

De acordo com a FAO²⁹, o governo argentino, entre 2003 e 2015, colocou a garantia de acessibilidade de alimentos ao consumo doméstico como prioridade, adotando políticas restritivas como controle de preços e um sistema de cotas a

²⁷Federación Argentina de La Industria Molinera.

²⁸El Sector Vial Argentino y las necesidades de Fortalecimiento Institucional (2016)

²⁹ COUNTRY FACT SHEET ON FOOD AND AGRICULTURE POLICY TRENDS (2017)

exportações, liberado após atingir o mínimo necessário ao consumo doméstico anual, mais 20% de reserva de garantia. (FAO, 2017)

Os agricultores argentinos se mostraram contra essa política e organizaram diversos protestos, paralisaram as vendas e as exportações. Mauricio Macri, presidente eleito em 2015, buscou apaziguar a relação com os produtores rurais, retirando os impostos para trigo, milho e sorgo, e reduzindo a alíquota para a soja.

Para Maggian & Felipe (2009), a Argentina não consegue influenciar diretamente nas cotações internacionais de trigo. O cálculo para o trigo *hard red winter* é baseado na cotação do FOB Golfo do México e para o trigo brando se baseia na cotação FOB de Rouen na França. Devido à taxa de 10,5% a mais de imposto de importação que deve ser paga pelos países de fora do Mercosul faz com que “o preço do trigo argentino no mercado FOB não reflita a evolução dos preços nos países externos”. (MAGGIAN & FELIPE, 2009, p. 9).

Entretanto, segundo Tomasini & Ambrosi (1998) “os preços pagos ao produtor nacional [brasileiro], em grande parte, são baseados nos preços CIF do produto argentino, nos portos brasileiros”.

4.2 ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos são os maiores exportadores de trigo, com isso, detêm o poder de formação de preços do produto, conforme observam Tomasini & Ambrosi (1998) “no mercado internacional, os preços são formados nas bolsas de Chicago e de Kansas City, os quais refletem, em âmbito mundial, as oscilações da demanda e da oferta, assim como as especulações sobre o mercado futuro.” (p. 70).

Na safra 2015/16, de acordo com dados da USDA, a produção total de trigo americano foi de 56 milhões de toneladas, e exportados 21 milhões de toneladas, que representam 37% da produção total. Nesta direção, a exportação de trigo americano para o Brasil varia de acordo com uma série de fatores, como a taxa de câmbio, isenção da Tarifa Externa Comum (TEC) e oferta dos países do próprio

Mercosul. A maior parte do trigo exportado ao Brasil é destinada a região nordeste, já que o custo de importar dos EUA ou Canadá para essas regiões acaba sendo menor do que comprar do sul ou da Argentina.

Nos Estados Unidos existem intermediários na comercialização, chamados de *elevators*, que desempenham papel semelhante aos *acopiadores* na Argentina.

Projeções do USDA³⁰ apontam para redução de área destinada ao cultivo de trigo nos próximos 10 anos nos EUA, e redução da participação americana no mercado global. Uma das prováveis causas é a preferência dos produtores por culturas com retornos mais elevados, além de que o ritmo da melhoria genética tem sido mais lento para o trigo do que para algumas outras culturas, resultando em um crescimento mais lento nos rendimentos de trigo, o que torna o trigo uma opção de cultivo menos atraente para muitos agricultores.

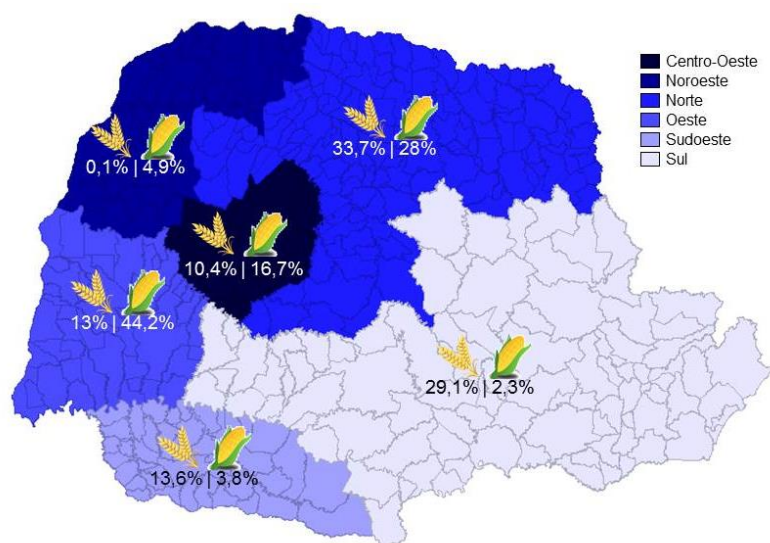
³⁰ USDA Wheat Baseline 2015-24

4.3 O CULTIVO DO MILHO SAFRINHA

O plantio do Milho Safrinha (2ª safra) iniciou no fim da década de 70 no norte do Paraná (EMBRAPA, 2015) devido à “Geada Negra” em 1975 que dizimou as plantações de café, então principal produto cultivado no estado. Os agricultores encontraram no milho uma alternativa de baixo investimento para a safra de inverno e de baixo custo quando comparado ao trigo, porém com pouca produtividade. Com os avanços das pesquisas na cultura do milho em melhoramento genético e aprimoramento nas técnicas de produção, esse cenário mudou.

Conforme levantamentos da SEAB, na safra 2015/16, a produção total de milho foi de 13,4 milhões de toneladas no Paraná. A segunda safra, que é colhida entre os meses de maio a outubro, representou 75% da produção, e a safra de verão, colhida entre fevereiro e julho, representou 25% do total. O milho safrinha é o terceiro produto agropecuário no Paraná, em quantidade produzida, atrás da soja e da cana-de-açúcar. Em valor bruto de produção (VBP) está atrás da soja e do frango de corte.

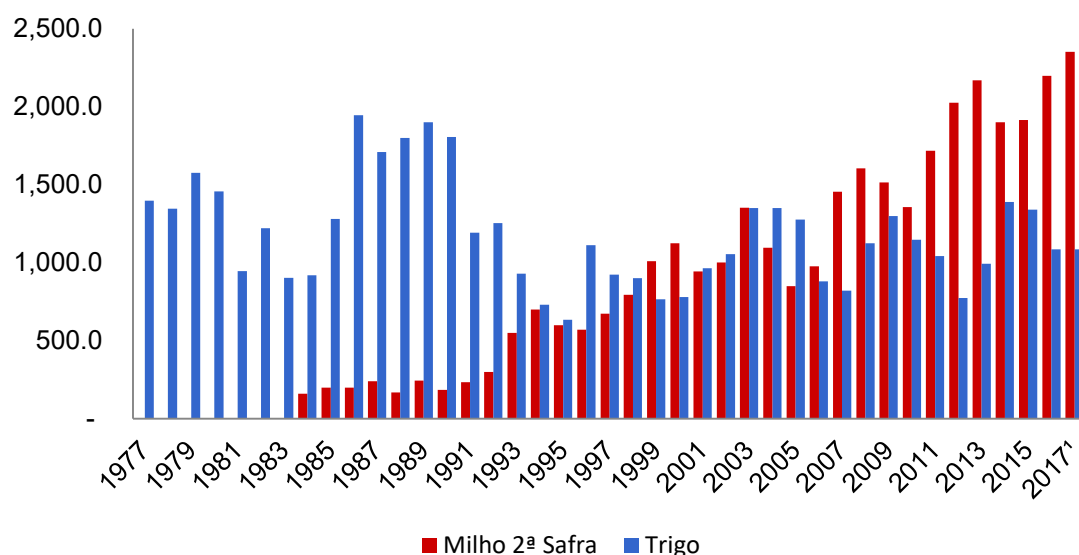
FIGURA 2 - PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO TOTAL DA PRODUÇÃO DE TRIGO E MILHO SEGUNDA SAFRA POR REGIONAL DA SEAB – SAFRA 2015/16



Fonte: SEAB | Elaborado pelo autor

O milho segunda safra é plantado entre janeiro e abril. As regiões norte e oeste respondem por mais de 72% da produção, enquanto as regiões sul e sudoeste juntas representam apenas 6% da produção. Nestas regiões o clima e a possibilidade de geadas são condições de risco para o plantio do milho. O trigo é plantado entre abril e agosto e colhido entre agosto e dezembro, o norte é a principal região produtora, responsável por 33,7% da produção, seguidos da região sul com 29,1%, sudoeste e oeste com 13% cada um e centro-oeste com 10,4%.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA DE TRIGO E DE MILHO SEGUNDA SAFRA NO ESTADO DO PARANÁ – PERÍODO DE 1977 A 2017.



¹ Previsão para 2017

Fonte: Conab | Elaborado pelo autor

De acordo com o gráfico 4, o ápice de área destinada ao cultivo do trigo foi entre os anos de 1986 e 1990, com uma média de 1.832 ha, nesse mesmo período, o milho safrinha teve uma média de apenas 209 ha. Foi no início dos anos 90 que o milho safrinha começou a ganhar força, o produto fechou a década com uma média de 1.000 ha e doze anos depois dobrou a área de cultivo. Após 2006, o trigo não alcançou mais a área produzida de milho segunda safra.

Segundo a CONAB, a média de preços do trigo pago ao produtor paranaense entre janeiro e abril de 2017 foi de R\$32,10 por saca de 60 kg enquanto para o milho, no mesmo período, foi de R\$24,19. Ao calcular a margem de lucro, levando em conta apenas o custo variável, o milho fica com uma margem positiva de R\$ 2,28 por saca enquanto o trigo leva prejuízo de R\$ 6,43 por saca³¹. Mesmo com o preço do trigo acima do preço de venda do milho, o milho garante vantagem devido à produtividade e a facilidade de comercialização.

Os custos de produção em fevereiro de 2017, segundo a SEAB, foram de R\$ 3.108,34/ha para o trigo e R\$ 3.016,02/ha para o milho safrinha. A grande diferença está no custo por saca, que para o trigo é de R\$ 64,79 e para o milho safrinha R\$ 37,70, ou seja, quase metade do valor. O fator determinante para essa diferença no custo da saca é a produtividade. Em 2016 a produtividade média do trigo no Paraná foi de 3.140 kg/ha e do milho safrinha 5.091 kg/ha. Desde 1984 (primeiro ano com dados disponíveis da segunda safra de milho), o milho segunda safra sempre teve a produtividade média maior do que o trigo, salvo em anos esporádicos, em que condições climáticas prejudicaram as safras de milho.

A demanda de milho no Brasil é elevada, principalmente, devido a utilização como ingrediente no preparo de ração para gados, aves e suínos. Dados da CONAB mostram que entre 2012 e 2015, o consumo interno médio de milho foi acima de 53 milhões de toneladas.

Considerando os diferentes fatores que concorrem com a triticultura nacional e ausência de políticas públicas específicas que proporcionem vantagens na produção, o trigo é uma cultura que não vislumbra, em curto prazo, uma mudança

³¹ Os maiores custos de produção da triticultura são os fertilizantes, de acordo com a Seab os custos com estes insumos chegam representar 15% do custo total, enquanto que para o milho safrinha este percentual gira em torno de 3%. Conforme observa Brum (2005), na Argentina o custo com fertilizantes é praticamente nulo: “dados da segunda metade dos anos de 1990 indicam que o custo médio no Brasil chegava a US\$107,07/hectare, enquanto nos EUA o mesmo era de US\$ 38,39/hectare. Já na Argentina, [...] US\$ 24,30/hectare”.

favorável que beneficie os produtores e conseqüentemente aumente novas fronteiras.

CONCLUSÕES

Com base no que foi apresentado sobre a triticultura mundial observa-se que o consumo nacional sempre esteve dependente de importações e a produção nunca foi suficiente para suprir a demanda interna. Neste sentido, com exceção do período de governo militar que supriu mais de 90% do consumo nacional – concedendo subsídios a triticultura – no restante dos períodos o cultivo estagnou e/ou diminuiu, além do fator ‘qualidade’ no qual o trigo nacional sempre esteve abaixo dos padrões internacionais, fato que limitou a adesão de novos produtores e a manutenção daqueles que já produziam, em especial no sul do Brasil.

Observou-se que o consumo de trigo no Brasil aumentou de maneira desproporcional em relação à produção nacional, elevando ao longo do período nossa dependência de importações. Ao mesmo tempo, identificou-se que mesmo diante de aumentos irrisórios nas áreas destinadas a produção, a produtividade registra aumentos de modo geral, resultados do uso de novas tecnologias de produção. A produção nacional de trigo segue concentrada na região sul, com destaque para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Em outros estados, a produção tem um aspecto regional, com utilização de tecnologias de irrigação que aumentam a produtividade, porém aumentam o custo de produção. A concentração em dois estados produtores, que juntos representam quase 90% da produção nacional, em grande medida por conta de questões relacionadas ao clima e ao solo, também pode ser identificado como um dos fatores que limitam o avanço do cultivo no país.

Fundamenta-se que o perfil atual da triticultura no Brasil se deve aos seguintes fatores: ausência de políticas públicas destinadas à produção de trigo; as vantagens de outras culturas; como é o caso do milho safrinha no Paraná; dos preços de importação concorrentes e atrativos na indústria secundária; das altas taxas tributárias incidentes apenas em produtos nacionais; a qualidade reduzida de parte da safra nacional (em alguns casos devido às adversidades climáticas) e a

falta de articulação entre os elos da cadeia tritícola, aspectos que podem ter colaborado com a exportação com baixos preços a partir de 2004.

Dessa forma, diante da estrutura encontrada em países exportadores e de interesses divergentes no CAI do trigo é fundamental indicar a necessidade de estudos detalhados que forneçam subsídios para ações governamentais que visem a viabilização da produção de trigo no Brasil. Registra-se também que a ausência de incentivos específicos e a facilidade de importação por parte da indústria, que encontra na matéria prima importada a qualidade, o preço e algumas vantagens no pagamento, ajudam a entender o porquê do país figurar entre os grandes importadores do mundo.

Por fim, cabe ressaltar que uma mudança no cenário descrito nesse trabalho passa pelo fortalecimento dos diversos atores envolvidos no processo de pesquisa, transferência das tecnologias, produção e beneficiamento do trigo. Esses elementos destacam a importância da articulação dentro do CAI do trigo, aspecto importante para a segurança alimentar e o desenvolvimento do agronegócio.

REFERÊNCIAS

- ABRITRIGO. (2011). **O triticultor e o mercado**. São Paulo.
- ALMEIDA, F. R. (2000). **As Negociações Comerciais e Políticas referentes ao Trigo nas Relações entre o Brasil e a Argentina**. Revista CADE-FMJ, 114-129.
- _____. (2001). **O Trigo como Arma Alimentar**. Revista CADE-FMJ, 141-154.
- _____. (2002). **Polêmica na Agroindústria: Projeto de Lei nº 4.679, de 2001**. Revista CADE-FMJ, 97-114.
- BACALTCHUK, B. (1999). **Trigo nacional, um produto estratégico**. Revista de Política Agrícola.
- BACALTCHUK, B., & SILVA., H. R. (2001). **Acima de tudo a necessidade de plantar trigo** In. Nasce uma nova Era...O trigo recupera sua nobreza. Passo Fundo - RS: Embrapa.
- Banco Interamericano de Desarrollo. (2016). **El Sector Vial Argentino y las necesidades de Fortalecimiento Institucional**. Vialidad Nacional.
- BARTABURU, X. (2016). **Do grão ao pão**. Farinha de trigo: história da moagem no Brasil. São Paulo: Origem.
- BELIK, W. (1998). **Mudanças no Padrão de Intervenção do Estado no Complexo Agro-industrial Brasileiro**. Raízes, 9-25.
- BNDES. (2011). **Panorama das importações de trigo no Brasil**. In: C. d. Júnior, L. Sidonio, & V. Emanuel, BNDES Setorial v.34 (pp. 389-420).
- BRASIL. (2009). Acesso em 22 de novembro de 2017, disponível em Governo do Brasil: <https://goo.gl/9ko2W4>
- _____. (2017). Acesso em 23 de novembro de 2017, disponível em Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: <https://goo.gl/TA7duL>
- BRAUDEL, F. (1979). **Civilização material, economia e capitalismo**, séculos XV-XVIII, volume 1.
- BRUM, A. L., & HECK, C. R. (2005). **A economia do trigo no Rio Grande do Sul: Breve histórico do cereal na economia do estado**. Análise, 29-44.
- BRUM, A. L., & MULLER, P. K. (2005). **O comércio internacional e a cadeia produtiva do trigo no Brasil**.
- _____. (2008). **A realidade da cadeia de trigo no Brasil: o elo produtores/cooperativas**. RER, 145-169.

- BRUM, A. L., HECK, C. R., & LEMES, C. D. (2004). **As políticas de fomento à cultura do trigo**: uma revisão histórica. *Desenvolvimento em questão*, 95-117.
- BRUM, A. L., LEMES, C. D., SILVA, C. V., & MULLER, P. K. (2005). **A competitividade do trigo brasileiro diante da concorrência argentina**. *Revista Galega de Economía*, 1-15.
- CAFÉ, S. L., FONSECA, P. S., AMARAL, G. F., MOTTA, M. F., ROQUE, C. A., & ORMOND, J. G. (2003). **Cadeia produtiva do trigo**. In: BNDES Setorial (pp. 193-220). Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, H. (2003). **Comida e sociedade**: uma história da alimentação.
- CARVALHO, M. A. (1999). **Comércio agropecuário brasileiro no Mercosul**. *Informações Econômicas*, 7-22.
- COLLE, C. A. (1998). **A cadeia produtiva do trigo no Brasil**: contribuição para geração de emprego e renda. Porto Alegre.
- CUNHA, G. R. (1999). **A expedição de Martim Affonso**. In: EMBRAPA, *Trigo, 500 anos no Brasil*.
- DELGADO, G. C., & CONCEIÇÃO, J. D. (2005). **Políticas de preços agrícolas e estoques de alimentos**: origens, situação atual e perspectivas. *Revista paranaense de desenvolvimento*, 25-32.
- DHBB. (s.d.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Acesso em 21 de 11 de 2017, disponível em Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: goo.gl/GE3Go2
- EMBRAPA. (1999). **Trigo, 500 anos no Brasil**.
- _____. (2015). EMBRAPA. Acesso em 13 de Junho de 2017, disponível em goo.gl/251q65
- _____. (2016). **Trigo: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Brasília, DF.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2017). **Country fact sheet on food and agriculture policy trends – Argentina**. FAO Food and Agriculture Policy Decision Analysis FAPDA.
- GAZETA DO POVO. (2015). Acesso em 13 de Junho de 2017, disponível em GAZETA DO POVO: <https://goo.gl/E9X7xc>
- HUBERMAN, L. (1981). **História da Riqueza do Homem**.
- ISMAEL, L. A. (2011). **Consumo de trigo na alimentação brasileira e sua projeção na estratégia de fortificação de farinhas de trigo**. São Paulo.
- JACOBSEN, L. A. (1999). **Um pouco de história e de política de trigo**. In: EMBRAPA, *Trigo, 500 anos no Brasil*.

- JUNIOR, C. D., SIDONIO, L., & MORAES, V. E. (2011). **Panorama das importações de trigo no Brasil**. In: BNDES Setorial (pp. 389-420).
- KNIGHT, P. T. (1972). **Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul**. Revista Brasileira de Economia, 3-31.
- KUME, H., & PIANI, G. (2003). **Comércio e tarifa externa comum (TEC) no mercosul: uma perspectiva brasileira**.
- LEMOS, M. B. (1997). **Desafios e oportunidades do Mercosul: O caso do agribusiness**. Revista de Economia da UNA, 110-112.
- MAGGIAN, R. C., & FELIPE, F. I. (2009). **Aspectos da competitividade da cadeia tritícola no Brasil e na Argentina**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.
- MORI, C. D., & IGNACZAK, J. C. (2011). **Aspectos econômicos do complexo agroindustrial do trigo**. In: Trigo no Brasil.
- NOGUEIRA, J. L. (2012). **Trigo: necessidade de um novo olhar sobre o setor**. Curitiba.
- PEROSA, B. B., & PAULILLO, L. F. (2005). **Mudanças institucionais e coordenação na cadeia do trigo no Brasil**. Ribeirão Preto, SP.
- _____. (2007). **Abertura econômica e desregulamentação da cadeia do trigo no Brasil**. Revista de Economia Agrícola, 5-20.
- RAMALHO JUNIOR, A. (1994). **Complexo agroindustrial, grupos de interesse e políticas públicas: O caso do trigo no Brasil**. Campinas, São Paulo.
- RIBEIRO, D. (1995). **O povo brasileiro: A formação e sentimento do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOMASINI, R. G., & AMBROSI, I. (1998). **Aspectos econômicos da cultura de trigo**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, 59-84.